

NOS TRILHOS DA LOUCURA: MEMÓRIA DA PSIQUIATRIA PAULISTA (1850-1950)

*ON THE TRACKS OF MADNESS: MEMORY OF PSYCHIATRY IN THE STATE OF
SÃO PAULO (1850-1950)*

Neusa Regiane Mendes¹

Resumo: O presente artigo apresenta fragmentos da dissertação de minha autoria e a transcrição do terceiro encontro do Seminário Aí que loucura - 60 anos de História da loucura, de Michel Foucault. O estudo contextualizou as ações de assistência à saúde mental com recorte temporal circunscrito no período de 1850 a 1950; explorou uma fração do discurso médico-científico no Brasil. As narrativas estão divididas em três seções: a primeira apresenta as ações assistência à saúde mental na província de São Paulo; a segunda concentrou-se na síntese da produção de Osório César no Asilo de Alienados do Juquery; a última seção descreve o processo de ensino e aprendizagem do Pavilhão-Escola. As fontes foram analisadas apoiadas no pensamento de Foucault (2008, 2013, 2019). O estudo buscou recuperar a memória da psiquiatria paulista norteado pelos conceitos metodológicos do campo da História da Cultura.

Palavras-chaves: Asilo de Alienados do Juquery; Osório César; arte e loucura

Summary: This article presents fragments of the dissertation of my authorship and the transcription of the third meeting of the 60 years of History of madness Seminar, by Michel Foucault. The study contextualized mental health care actions with circumscribed time frame in the period from 1850 to 1950; explored a fraction of the medical-scientific discourse in Brazil. The narratives are divided into three sections: the first presents the actions mental health assistance in the province of São Paulo; the second focused on the synthesis of Osório César's production at the Juquery Asylum for the insane; the last section describes the teaching and learning process of the School Pavilion. The sources were analyzed based on Foucault's thinking (2008, 2013, 2019). The study sought to recover the memory of psychiatry in São Paulo, which is led by the methodological concepts of the field of Cultural History.

Keywords: Juquery Alien asylum; Osório César; art and madness

OS PRIMÓRDIOS DO ALIENISMO PAULISTA

*“É preciso ser um herói para enfrentar a moral da sua época.”
Michel Foucault*

As narrativas historiográficas evidenciam que as políticas públicas de assistência à saúde mental no estado de São Paulo estão diretamente conectadas ao cenário sociopolítico brasileiro da segunda metade XIX. A mobilização pelo fim da

¹ Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP/Brasil. E-mail: regianemendes@hotmail.com

escravidão no Brasil foi impulsionada pela Lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz (1850), o ato estabelecia a proibição do tráfico de negros escravizados durante o Segundo Reinado. Foi uma ação diplomática concebida pelo ministro da Justiça como resposta às pressões realizadas pela Inglaterra para que o Brasil acabasse com essa prática, tinha por intuito mitigar as represálias do governo britânico (Santos, 2012, p. 8). É considerado o primeiro instrumento público do conjunto de ordenamentos jurídicos que resultaram gradativamente na abolição da escravidão no país; as leis abolicionistas – *Ventre Livre* (1871) e *Sexagenários* (1885) – que antecederam a Lei Áurea (1888), asseguravam indenizações somente aos senhores de engenho. O período é marcado pela ascensão da burguesia rural, resultado da expansão da produção e exportação do café, esses fatores desencadearam um expressivo crescimento econômico e populacional. A proibição do tráfico de escravos negros contribuiu para impulsionar a chegada de imigrantes, uma parcela expressiva de europeus desembarcou na província de São Paulo, incentivados pelos governos imperial e provincial; diversos agentes da elite cafeeira paulista iniciam o movimento sociopolítico para desconstruir a imagem da cidade arcaica, provinciana.

O Asilo Provisório de Alienados da província de São Paulo é inaugurado (1852) com nove internos, até esse momento, a exemplo do que aconteceu na Europa, os indivíduos considerados desajustados, perturbadores dos grupos sociais eram mantidos encarcerados em prisões (Foucault, 2019, p. 132). Somente na década seguinte a interdição dos desatinos morais passou a ser tratada como problema de saúde pública, o Velho Hospício da Várzea do Carmo, administrado pelo alferes Thomé de Alvarenga é inaugurado (1864), a assistência em saúde mental paulista tem seu marco inicial com a contratação dos primeiros médicos do Hospício, os Drs. Xavier de Mesquita, João César Rudge e Claro Homem de Mello (esse último, apontado na historiografia como o primeiro psiquiatra de São Paulo). Os empreendimentos científicos mundiais, sobretudo, as pesquisas realizadas por alemães e franceses no último quartil do século XIX parecem demarcar o discurso social constituição da urbe paulista. A teoria da eugênica (1883), conceito criado por Francis Galton, professor da Universidade de Londres, primo de Charles Darwin a partir dos estudos com indivíduos sob controle social, definia os caracteres essenciais dos indivíduos “bem-nascidos”. O pensamento galtoniano pautou inúmeras ações médicas e científicas na formação socio-histórica mundial, tinha por

objetivo o controle social com determinação hereditária – físicas ou mentais – das futuras gerações.

O tráfico de negros africanos era uma das principais atividades econômicas no Brasil do começo do século XIX e estava em vigor desde o século XVI. A escravização foi uma prática instituída pelo empreendimento colonial português para atender as demandas de exploração econômica, contudo, a partir do XIX, o regime escravocrata passou a ser questionado, sobretudo no exterior. Os negros representavam o maior contingente da mão-de-obra utilizada pelos colonizadores, responsáveis pelo giro econômico das colônias e da metrópole. À medida que as convulsões sociais em torno do movimento abolicionista se intensificam, o processo migratório de europeus, especialmente italianos e alemães aumenta exponencialmente. O projeto de civilidade e branqueamento da sociedade, impulsionado por meio do incentivo à imigração é considerado um dos pilares essenciais ao projeto paulista de desenvolvimento, foi institucionalizado com a criação da Sociedade Promotora da Imigração de São Paulo (1886), órgão estatal responsável pela regulação e implementação de todo o processo de subvenção, organização, promoção e contratação das estruturas necessárias para a entrada dos imigrantes europeus. Os subsídios governamentais contribuíram para intensificar o êxodo de imigrantes que atendiam as demandas de mão-de-obra, especialmente, nas lavouras de café no interior paulista.

Ao contrário das ordenações anteriores, a abolição do trabalho escravo por meio da Lei Áurea (13 de maio de 1888), assinada pela princesa Isabel não garantiu a integração sociopolítica da população negra no Brasil. Comumente retratado como um gesto de generosidade e benevolência da família imperial, importa assinalar que o ato atendeu especialmente aos interesses políticos e econômicos da elite da época e não à pressão popular, reivindicação mobilizada pelos abolicionistas. Ao contrário das políticas sociais adotadas para o acolhimento dos imigrantes europeus, a iniciativa não contemplou nenhuma reparação, indenização ou compensação para os recém libertos, tampouco, o governo imperial estabeleceu políticas públicas que assegurassem acesso a saúde, educação e emprego. A ausência de medidas para integração dessas populações na sociedade brasileira, especialmente no mundo do trabalho, conduziu uma parcela expressiva desses sujeitos as categorias de subcidadãos. As estruturas de poder e as relações de forças presentes na formação socio-histórica do período compreendido entre

o declínio do governo imperial e Primeira República brasileira permitem identificar as nuances na constituição do sujeito de direito, sobretudo, as disparidades dos pontos de partidas entre brancos e negros. O projeto desenvolvimentista paulista apartou parte expressiva das populações afrodescendentes para as bordas das urbes.

Em territórios distintos, dois acontecimentos reverberam na formulação de políticas públicas de assistência em saúde mental paulista: a Proclamação da República do Brasil e o Congresso Internacional de Alienistas em Paris (1889). A assinatura da Lei Áurea contribuiu para determinar a queda do Império, o regente do Segundo Reinado perdeu o apoio dos cafeicultores que se sentiram prejudicados por serem obrigados libertar os escravos após abolição da escravatura sem receber nenhuma indenização por parte do governo imperial. No mesmo ano, o Congresso Internacional de Alienistas em Paris definiu as diretrizes do modelo assistencial para o tratamento de transtornos mentais: implantação de asilos e colônias agrícolas.

A última década do século XIX foi marcada por expressivas modificações socioculturais no Brasil e no mundo, o crescente processo de industrialização, urbanização e a acentuada expansão imigratória contribuíram significativamente para provocar uma série transtornos psíquicos sociais. Constatou-se a imprescindibilidade de preparar o país para a nova era, a sentença “Ordem e Progresso” foi inscrita na bandeira nacional como ideário republicano, por pensadores positivistas e utilizada como fio condutor da nova identidade nacional na Primeira República. Os governantes comprometidos em oferecer uma *resposta social* sobre o flagelo da população de indesejáveis que circulavam pelo centro da cidade deliberam pela implementação da política de assistência aos alienados na província de São Paulo.

O período de estudos do médico Francisco Franco da Rocha no Hospital da Salpêtrière em Paris, sua aproximação com o alienismo francês, caracterizado pelo tratamento moral e participação nas discussões parisienses sobre a assistência à saúde mental durante o Primeiro Congresso de Alienistas em Paris resultaram na sua indicação como integrante da equipe médica do Hospício Tabatinguera no seu retorno a São Paulo (1893). O alienista, representante da elite cafeicultora paulista, convidado por Cerqueira César, presidente interino de São Paulo para conduzir a reforma de assistência psiquiátrica começou a delinear as bases do novo modelo assistencial para o tratamento de transtornos mentais: *implantação de asilos e colônias agrícolas*.

Nesse mesmo período Franco da Rocha instituiu o grupo de trabalho para escolher as terras para a implantação do primeiro Asilo Agrícola composto por Teodoro Sampaio e Alberto Loefgreen, membros da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Em 1895, por indicação de Loefgreen e Sampaio, as terras à margem da estrada de ferro Santos-Jundiaí são escolhidas como principal alternativa. Entre os argumentos para a implantação do hospício no território de Juquery assinalaram o baixo investimento na aquisição e preparo das terras, espaço fértil para abrigar colônias agrícolas, estrada de ferro com fácil acesso a capital, fonte de água inesgotável e existência de um rio para despejo dos dejetos. O nosocômio é apontado como a maior instituição psiquiátrica da América Latina, foi por quase um século, considerado um dos principais polos de produção e difusão de conhecimento científico no campo da saúde mental no país com expressiva repercussão internacional. A morfologia arquitetônica pavilhonar central distribuída em 60 hectares foi idealizada pelo médico Francisco Franco da Rocha, militante do movimento *eugênico no Brasil* e projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo no final do 19. A 1ª Colônia Agrícola do Asilo de Alienados do Juquery foi inaugurada em maio de 1898 com 80 *pacientes*.

O novo modelo de assistência em saúde mental paulista implantado por Franco da Rocha representava uma resposta a sociedade burguesa paulista incapaz de suportar o diferente, inspirado no modelo de europeu de internamento, denominado *portas abertas*, as edificações com pavilhões interconectados permitiam que parte dos internos circulassem pelas imediações sem a necessidade do confinamento em celas. A conformação física dos pavilhões, separados por alas femininas e masculinas contava com refeitórios, dormitórios e salas administrativas, possibilitava o isolamento dos internos com sofrimentos agudos e em crises. A laborterapia como proposta de reabilitação do indivíduo por meio do trabalho é tomada como princípio de atenção à saúde mental, prescrita, sobretudo para os internos com transtornos e sofrimentos mentais crônicos. O empreendimento reconhecido como uma proposta inovadora no campo das ciências médicas foi embasado nas teorias científicas elaboradas pelos alienistas franceses Philippe Pinel (1745-1826) e Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), as quais recomendavam o isolamento, o controle e a vigilância para afastar o indivíduo das causas de sua loucura. As narrativas revelam que a organização espacial da instituição era um *loci* que se insere

no conceito foucaultiano da heterotopia de *desvio* (FOUCAULT, 2013, p. 22), apoiado na noção de higienização social.

Os reflexos socioeconômicos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) acentuaram os debates sobre a conformação da nova identidade nacional brasileira nas primeiras décadas do século XX. O período é marcado pelo adoecimento da população, resultado do aumento desordenado de moradias e cortiços com condições insalubres; a necessidade de respostas sociais para questões como alcoolismo, a prostituição, a violência e doenças como a tuberculose e a sífilis resultam em mobilizações para estabelecer as diretrizes de intervenção social com o propósito de regular a qualidade de vida e dinâmicas sociodemográficas. Os governantes encontram nas convulsões sociais as alegações para intensificar os fluxos migratórios, especialmente de europeus, povos considerados os mais adequados ao desenvolvimento do projeto de nação ariana, moderna e civilizada. As autoridades ancoram-se em estudos científicos, sobretudo, os tratados sobre psiquiatria, higiene social e eugenia sublinhando “um conjunto de ferramentas civilizadoras e salvacionistas, como práticas essenciais no processo de reforma social e de construção de uma nova nacionalidade” (Souza, 2008, p. 151).

Acompanhando a tendência mundial, os debates acerca da eugenia foram incorporados nas pautas de discussões brasileiras nas primeiras décadas do século XX. A teoria galtoniana foi defendida especialmente entre médicos, higienistas, juristas e educadores como mecanismo para a construção de uma nova identidade nacional, representava para uma expressiva parcela dos formuladores das políticas públicas como a resposta científica para a regeneração humana. Nesse sentido, o conceito eugênico foi apropriado como arma ideológica por agentes públicos e intelectuais para legitimar o domínio étnico e social (Mendes, 2018, p. 42 *apud* Gualtieri, 2008, p. 94). O branqueamento do povo brasileiro era tese defendida por representantes de importantes setores da sociedade, os quais projetavam um novo Brasil eminentemente caucasiano, considerados sujeitos elementares na constituição da *nova nação*, apoiados nessa perspectiva, Renato Kehl, líder do movimento eugênico brasileiro, mobilizou por meio de maciça campanha para divulgação das teorias eugenistas no meio intelectual no final da década de 1910.

A Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) – a primeira sociedade de eugenia da América Latina foi fundada em janeiro de 1918, entre os correligionários do

movimento eugênico estavam Francisco Franco da Rocha, Fernando Azevedo, Roquette-Pinto, Monteiro Lobato, Belisário Penna e Octávio Domingues. Ainda que os registros indiquem uma existência efêmera (a historiografia indica que a Sociedade encerrou suas atividades após 12 meses), seus dirigentes e sócios organizaram e produziram uma série de conferências e textos registrados nos *Annaes de Eugenia* (1919) e suas ações encontraram ressonâncias no âmbito das políticas públicas por pelo menos duas décadas.

O movimento eugênico, influenciou diversas práticas sociais no Brasil, interferindo sobretudo nas propostas educacionais elaboradas nas primeiras décadas do século XX. Nesse período a teoria da degenerescência ganhou força no cenário nacional como premissa e estratégia principal de um processo de evolução civilizatória e melhoria da raça. Os apoiadores do movimento eugênico brasileiro estavam convencidos de que a adoção dos conceitos galtonianos como política pública contribuiriam para eliminar os sujeitos indesejáveis do orbe. O líder do movimento, o médico Renato Kehl expressa seus argumentos nos *Annaes de Eugenia*. O autor advertiu e indicou a iminente necessidade de articulação de agentes do governo e da instrução pública para criação de disciplina escolar obrigatória sobre a educação eugênica no ensino primário, assim como no superior. Os representantes das ciências médicas apropriaram-se dos estudos sobre a psique como mecanismo de controle e exclusão social de indivíduos socialmente indesejáveis. Na década de 1930, o médico, Antonio Carlos Pacheco e Silva, sucessor de Franco da Rocha na direção do Asilo de Alienados de Juquery (1923-1937), foi responsável por ampliar e implementar as medidas no âmbito das políticas públicas para atenção à higiene e saúde mental instituídas por seu antecessor; deputado do eleito por unanimidade de votos dos sindicatos paulistas como representante dos empregadores, defendeu na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte a premência da inclusão da educação eugênica na pauta de deliberações. O art. 138 da Constituição Federal² de 1934 determinava a União, os Estados e Municípios a adoção de medidas legislativas e administrativas para implementação da educação eugênica. A inclusão da educação eugênica na Carta Magna brasileira demonstra a potência das redes de sociabilidades mobilizadas para a criação de mecanismos de higienização na província de São Paulo. As

²Ver: **Constituição Federal, 1934.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

relações de poder evidenciadas na dinâmica social da Primeira República, as estratégias para a desconstrução da imagem provinciana paulista que vivia assombrada pelo arquétipo do *Jeca Tatu* (o matuto, protagonista das narrativas literárias criadas por Monteiro Lobato na Paulicéia no início do século XX) e as ações empreendidas pelos representantes da elite na construção social da loucura parecem revelar a gênese dos mecanismos de biopolítica (FOUCAULT, 2008) e do “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2002) engendrados na formação sócio-histórica paulista, fatores determinantes na produção das desigualdades sociais, ainda latentes na sociedade contemporânea.

OSÓRIO CÉSAR E A ARTE DOS LOUCOS DO ASILO DE ALIENADOS DO JUQUERY

Osório César, desembarcou em São Paulo (1912), o jovem violonista paraibano, foi integrante do conjunto musical *Pessoal da Lira* ao lado do maestro Souza Lima nos encontros artísticos-literários promovidos pelo senador Freitas Valle na Villa Kyriall, célebre reduto de intelectuais, artistas e políticos da *Belle Époque paulistana* no início do século XX, *locus* apontado como importante núcleo simbolista e celeiro da organização da Semana de Arte Moderna. César formou-se em Odontologia pela Universidade Livre de São Paulo (ULSP) ao mesmo tempo que ministrava aulas como professor de violino no Salão do Conservatório Dramático Musical ao lado de Mario de Andrade. Com o encerramento das atividades da Universidade *Livre* de São Paulo em consequência de embates políticos, transferiu-se para a Faculdade de Medicina da Praia Vermelha (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ainda como estudante de medicina da Faculdade da Praia Vermelha foi nomeado como primeiro médico residente do Laboratório de Análises Clínicas e Bromatológicas do Asilo de Alienados do Juquery (1923).

No primeiro período da residência médica, César passou a observar as expressões criativas dos internos do Juquery, criou o Laboratório de Pesquisas Plásticas, na qual instigava as competências artísticas dos internos por meio do trabalho livre na escolha dos temas, técnicas, materiais com o mínimo de interferência do orientador. Encetou estudos para ampliação de seu repertório acerca da *arte dos alienados*, utilizando como referencial teórico a perspectiva dos principais pensadores europeus do período: Cesare Lombroso, Emil Kraepelin, Hans Prinzhorn, Jean Vinchon, Sigmund Freud entre

outros. As aproximações entre arte e loucura analisadas por César pautadas pela perspectiva freudiana convergiam com as propostas de um grupo de intelectuais parisienses, André Breton, Benjamin Péret, Louis Aragon, Phillip Soupát e Paul Éluard. O grupo de sobreviventes da Primeira Guerra Mundial, precursores do primeiro *Manifesto Surrealista* (1924), retratam a sua revolta pela barbárie que aniquilou parte da humanidade. Assim como nos estudos e observações de César no Laboratório de Pesquisas Plásticas, as teorias freudianas alicerçaram a estruturação do manifesto, sobretudo a teoria dos sonhos que fundamentam as proposições da expressão livre por meio do subconsciente utilizadas por César e os surrealistas.

No Brasil, Osório César e Durval Marcondes, médicos do Asilo de Alienados de Juquery são reconhecidos como dois dos principais interlocutores brasileiros de Sigmund Freud. A dupla arrebatada pelas teorias freudianas, anunciada pelo preceptor Francisco Franco da Rocha participam da fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (1927) e da seção carioca criada por Juliano Moreira (1928). No mesmo período César enviou correspondências ao pai da psicanálise³. Marcondes recebeu quatro correspondências, enquanto César teria recebido três mensagens. Na primeira troca correspondências entre Sigmund Freud e Osório César, em janeiro de 1927, o criador da teoria psicanalítica expressava sua gratidão pelo interesse dos intelectuais brasileiros na legitimação de seus estudos sobre os mecanismos psíquicos, pautados em suas teorias, especialmente pelo empenho na propagação de suas ideias. Freud envia a segunda mensagem a César em novembro do mesmo ano, assinalou o recebimento do manuscrito e comunicou o envio para a revista *Imago*. Na última carta enviada por Freud a César, datada de 7 de fevereiro de 1928, o escriba reiterou o seu entusiasmo sobre o crescente interesse por suas teorias no Brasil. Considerado um interlocutor polido, na última missiva ao contrário das duas anteriores, Freud empregou um tom informal na despedida, o que não era comum em suas trocas epistolares. As narrativas historiográficas destacam ainda os médicos Arthur Ramos, Júlio Pires Porto Carrero e Gastão Pereira da Silva como

³ A *Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso em Washington*, depositária do acervo de Sigmund Freud – constituído entre 1856-1939 – indica que a massa documental contém cerca de 48.600 itens, entre anotações, correspondências, diários, entrevistas, ensaios clínicos, registros militares entre outros, classificados por nome do destinatário ou organização, produzidos em alemão, inglês e francês. Disponível em: <[lweb2.loc.gov/service/mss/eadxmlmss/eadpdfmss/2004/ms004017.pdf](http://www.loc.gov/service/mss/eadxmlmss/eadpdfmss/2004/ms004017.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

os primeiros discípulos de Freud no Brasil, apontados como os pioneiros na difusão de seus pensamentos.

Os resultados com a consolidação dos estudos e observações realizadas no decurso de seis anos são publicados na obra *A expressão artística nos alienados: contribuição para o estudo dos símbolos na arte* (1929), o prefácio foi assinado por Cândido Motta Filho, advogado e escritor; partidário dos ideais modernistas, inscrito como um dos signatários na criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), empreendeu visitas a Osório César no Asilo de Alienados de Juquery na década de 1920. Na apresentação, Motta Filho sublinhou o refinamento científico e enalteceu a competência clínica de Osório César na consolidação das análises norteadas pelas teorias freudianas. Embora tenha enfatizado a importância e pioneirismo do estudo, o imortal da ABL encerrou o prelúdio enunciando o cenário hostil do cientifismo dominante que o autor iria encontrar. Na apresentação da obra, o autor registrou advertência, enunciando que foi motivado pelas análises da produção gráfica, plástica e sonora de pacientes psiquiátricos descritas nos livros *Bildnerei der Geisteskranken* (Expressões da Loucura) do historiador da arte e médico alemão Hans Prinzhorn e *La art et folie* (Arte e Loucura) do psiquiatra Jean Vinchon. As investigações de César configuraram-se como estudo comparativo, especialmente de difusão e compreensão do impacto da introdução da Psicanálise no Brasil. O autor analisou os documentos da cultura indígena *Pareci* reunidos e organizados por Edgar Roquette-Pinto, cotejados com a produção dos alienados do Asilo de Alienados de Juquery.

César, iniciou uma coleção “com as peças e os trabalhos mais interessantes dos doentes de Juquery” (1923) com a intenção de analisá-las, comparando-as com a arte dos primitivos e a arte das crianças (1929, p. XXI). Organizou e apresentou o primeiro sistema classificatório da arte dos alienados, na estruturação do comparativo, o estudo foi dividido em quatro categorias de arte: arte do primitivo, arte primitiva, arte clássica e arte de vanguarda. As categorias foram concebidas para determinar e organizar as diferentes manifestações do pensamento simbólico nos alienados com comparações dos estilos artísticos, sistematicamente comentadas e acompanhadas de imagens que permitiam comparações entre a manifestação simbólica dos alienados, das crianças, dos povos primitivos e a arte primitiva. Para corroborar as suas argumentações sobre as correlações

entre a arte dos loucos e a das crianças, o autor apresentou uma série de desenhos. Para ele, a concepção de um sistema classificatório para as expressões plásticas dos alienados era fator primordial para a compreensão de quais conexões o pensamento humano conservava ainda como seu modo primeiro de inteligência, ou seja, com o axioma simbólico. César ainda advertiu no estudo que seu anseio na metodologia proposta era somente criar um sistema que fosse empregado como diretriz de estudo e não como estrutura rígida de classificação.

O percurso de Osório César na década de 1930 são pontuados por períodos de estudos na Europa, a passagem pela França e URSS; contudo, a participação no experimento do estudo das funções psíquicas (reflexos condicionados, incondicionados ou naturais) no Instituto de Medicina Experimental de Leningrado e no XV Congresso Internacional de Fisiologia em Leningrado-Moscou, presidido por Ivan Pavlov são momentos que marcaram a sua trajetória. Nesse período, César aproxima-se de pensadores como David Vigódski, Henri Barbusse, Romain Rolland e Roy Franklin Barton, pesquisador do museu de Antropologia e Etnografia (MAE). No Brasil, crescem as tensões políticas, o engajamento político de César, especialmente, o interesse pelas teorias marxistas-leninistas foi explicitado, os registros da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) revelam a primeira detenção de César, encarcerado por cerca de 50 dias sob a alegação de campanha comunista a favor do governo soviético (1932), episódios semelhantes se sucederam por pelo menos cinco vezes na Era Vargas (1930 a 1945).

Em 1933, Osório César e o artista Flávio de Carvalho organizaram o Mês dos Loucos e das Crianças: exposições com desenhos de crianças de escolas públicas e particulares de São Paulo e produções dos internos do Juquery no Clube dos Artistas Modernos (CAM), acompanhadas de uma série de 10 conferências ministradas por médicos, artistas e intelectuais realizadas entre os meses de agosto e outubro. A historiadora da arte, Annateresa Fabris observou no texto de apresentação do módulo de *Exposição Nacional de Arte Incomum* da XVI Bienal de São Paulo que a Semana de 33 foi comentada pelos críticos de arte da época como “um ataque frontal aos métodos e à estética” prescritos pela Escola Nacional de Belas Artes, além de ressaltarem a característica da mostra como mecanismo de crítica ao “mediocre gosto da classe média, que, centrado em cenas de amor/procriação, repele o ‘anormal’ por colocar em crise seu sistema de valores, por revelar o que há de mais profundo no homem e na natureza”

(MENDES, 2018, p. 28). Embora pouco explorado, o movimento configura-se como um dos marcos das discussões dos conceitos sobre estéticas e rupturas da História da Arte no Brasil, depois da Semana de 22.

A repressão instaurada durante o golpe de Estado estampa o retrato César entre os indiciados julgamento do processo sobre as atividades comunistas dos membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Santos, ao lado de Patrícia Galvão (conhecida nas redes de sociabilidade como Pagu, a companheira de Oswald de Andrade), Luiz Carlos Prestes, Caio Prado Jr., Jayme Adour da Câmara e outros (1936). O pensador encerra a década com uma publicação sobre ciência e devoção: *Misticismo e loucura: contribuição para o estudo das loucuras religiosas no Brasil* (1939), premiado pela Academia Nacional de Medicina em 1948.

Na década de 1940, a arte moderna é adotada como pauta de discussões por parte de críticos, muito mais que na década anterior, as residências, cafés, ateliês, galerias e os salões consolidam-se como importantes núcleos de integração cultural. O *loci* nos quais artistas, intelectuais e críticos de artes se reuniam para discutir, debater, estudar. Osório César é um dos protagonistas desses grupos, ao lado de Adolpho Jagle, Ciro Mendes, Ernesto De Fiore, Geraldo Ferraz, Giuliana Giorgi, Ibiapaba Martins, José Geraldo Vieira, Lasar Segall, Lourival Gomes Machado, Luis Martins, Maria Eugênia Franco, Mario de Andrade, Paulo Rossi Osir, Quirino da Silva, Roger Bastide e Sérgio Milliet.

Nesse momento surgiu um coletivo dedicado ao estudo dos processos sinestésicos com a aplicação de técnicas e associações imprevistas no campo da arte: o Grupo de Cultura Musical liderado pelo médico Adolpho Jagle, amigo de diversos modernistas. Teve entre seus associados e frequentadores ocasionais um expressivo número de artistas plásticos modernos: Aldo Bonadei, Mario Zanini, Francisco Rebolo, Manoel Martins, Waldemar Costa, Clóvis Graciano, Carlos Scliar, Alice Brill, Hilde Weber, Virginia Artigas são nomes registrados no livro de presença. A falta de recursos resultou na dissolução do Grupo de Cultura Musical, os encontros semanais tiveram continuidade na residência de César, tinham como proposta realizar experimentos sensoriais por meio de exercícios de plasticidades sonoras na perspectiva ótica-científica, pautadas por teorias psicanalíticas, dos quais participavam Aldo Bonadei, Mario Zanini, Walter Levy, Carlos Scliar e Gastão Worms. O período foi descrito por Bonadei como a fase das Impressões Musicais (1940-1944).

Nesse período, Lasar Segall produziu o caderno de estudos com registros do ensaio gráfico sobre o cotidiano dos internos, durante uma *residência artística* no Asilo de Alienados do Juquery, os desenhos (tinta sépia a pena) produzidos pelo artista representam um expressivo registro dos estudos empreendidos por Osório César na elaboração dos conceitos sobre as conexões entre arte e loucura no Brasil. Os esboços⁴ traçados por Segall ainda sinalizam que o artista acompanhou uma sessão de eletrochoques, procedimento clínico, utilizado como mecanismo disciplinar. As narrativas historiográficas indicam que Jagle e César são os pioneiros nas discussões acerca dos processos sinestésicos com a aplicação de técnicas e associações imprevistas no campo da arte, nos quais articulavam-se processos sensoriais auditivos, óticos e científicos. César foi apontado como um dos intelectuais comprometidos na luta da geração moderna pela afirmação de novas linguagens nas artes plásticas.

O Laboratório de Pesquisas Plásticas criado por Osório César contou no decorrer de mais de quatro décadas com a participação de artistas como: Maria Leontina, Clélia Rocha, Flávio de Carvalho, Lasar Segall, Aldo Bonadei, Moacyr de Vicentys, Niobe Xandó e a fotógrafa Alice Brill, foi instituído formalmente como Escola Livre de Artes Plásticas (ELAP) no final dos anos 1940. Na década seguinte, César esteve concentrado em seus estudos e pesquisas sobre os processos criativos, sobretudo na crítica de arte social, organizou exposições e conferências sobre a arte dos loucos do Juquery. Ao mesmo tempo que atuava como articulista da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, A Gazeta, Folha da Manhã, Última Hora, Correios do Amanhã, Tribuna entre outros) com artigos diários sobre temas relacionados a arte, ciência, educação, psicanálise, política e sociedade; articulou e divulgou as produções dos *loucos* do Juquery no Brasil e na Europa.

As produções dos artistas loucos do Juquery compõem os acervos do Museu de Arte de São Paulo, Museu de Arte Moderna, Museu de Imagens do Inconsciente, Museu de Arte Osório César, do Museu de Arte e História do Hospital Sainte-Anne (MAHSA), Art Brut Collection ABCD/Bruno Decharme, Art Brut Collection de Jean Dubuffet e da Prinzhorn Collection of Hospital Universitário de Heidelberg. Contudo, a sua determinação nos estudos e difusão do sistema operário soviético e do marxismo ofuscam

⁴ Ver: **No Hospital do Juquery (1937-1942)**, registro mls2070. Acervo do Museu Lasar Segall. Disponível em <<http://www.museusegall.org.br/acervo/index.php/busca/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

a importância da contribuição do pensador, no governo varguista: a perseguição política durante o Estado Novo nos dão indícios das razões pelas quais o legado de César permaneceu pouco explorado por quase quatro décadas.

A ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL INFANTIL NO JUQUERY

O Pavilhão de Menores, inaugurado Franco da Rocha em 1921 tinha como principal objetivo separar os adultos e crianças que conviviam no mesmo espaço, sem distinção etária. A edificação acomodava entre 20-30 crianças atendidas pelo alienista, as instalações sanitárias precárias. Os infantes recebiam somente assistência médica, não havia nenhuma proposta de prática pedagógica. A iniciativa teve como inspiração as ações de Juliano Moreira e Fernandes Figueira com a criação de uma área anexa no Hospital Psiquiátrico da Praia Vermelha no Rio de Janeiro (1903), destinada exclusivamente ao atendimento e cuidados de crianças com deficiência mental. As medidas instituídas por Franco da Rocha no Asilo de Alienados de Juquery no âmbito das políticas públicas para atenção à higiene e saúde mental na infância foram ampliadas e implementadas pelo seu sucessor, o médico Antonio Carlos Pacheco e Silva a partir de 1923. No início da segunda metade da década de 1920, Pacheco e Silva partiu para uma série de visitas a instituições nos Estados Unidos e na Europa, impressionado com a experiência americana elege a Walter E. Fernald School como modelo na implantação do Pavilhão-Escola com o intuito de reeducar as crianças fracas do espírito. A instituição foi um dos equipamentos públicos mais aclamados e difundidos pelo movimento eugenista do hemisfério ocidental, apontada como um centro experimental humano antiético no campo da medicina nuclear, aplicada em crianças. Pautado pelas políticas públicas eugênicas e higienistas, o sucessor de Franco da Rocha constrói e inaugura a Pavilhão-Escola (1929), apontado como uma inovação no âmbito das políticas públicas na atenção à higiene e saúde mental na infância no estado de São Paulo.

O Pavilhão-Escola Pacheco e Silva no Asilo de Alienados do Juquery foi um dos principais campos de experiências de Osório César nos estudos sobre as conexões entre a arte e loucura, sobretudo das análises dos grafismos de crianças, rotuladas pelo sistema colonizador como *anormais*. O equipamento apresentava um diferencial, foi a primeira escola para crianças instalada em uma instituição pública de assistência à saúde mental

paulista. O projeto arquitetônico, considerado um modelo de inovação, concentrava salas de aulas, do professor, de atividades manuais, consultório de pedopsiquiatria, enfermaria de urgência, museu escolar, laboratório psicopedagógico, dormitórios e instalações sanitárias distintas para os internos e para os funcionários. O mobiliário, atendia as recomendações dos métodos da pedagogia especial, os quais, preconizavam carteiras individuais. César (1929, p. 389) revelou que o Pavilhão-Escola teve como dirigentes Vicente Baptista da Silva, pedopsiquiatra e Norberto de Souza Pinto, professor de pedagogia experimental e psicologia aplicada à educação. As ações pedagógicas eram fundamentadas pelas teorias da pedagogia científica e psicologia comportamental, conceitos esses legitimados como políticas públicas educacionais vigentes no período.

César produziu um descritivo metodológico, qualitativo e quantitativo do equipamento público, o autor indicou o número de crianças matriculadas no início do semestre letivo, destacou o expressivo aumento da demanda no período, assim como sublinhou o ensino intuitivo como metodologia aplicada na prática pedagógica. Destacou os conteúdos programáticos: a) Educação dos sentidos; b) Educação das atenções; c) Educação da memória; d) Exercício de linguagem escrita e oral; e) Trabalhos manuais; f) Lições de coisas; g) Exercício de desenho; h) Canto; i) Ginástica; j) Exercício de cálculo instrutivo. Concluiu sua narrativa desdobrada com uma perspectiva propagandística, destacando o papel de Pacheco e Silva na implantação de uma “obra formidável de patriotismo e humanidade”, realizada pelo governo do Estado de São Paulo (CESAR, 1929, p. 393). Ainda que a metodologia aplicada na Escola Pacheco e Silva não se configurasse uma novidade no sistema de ensino paulista destinado às denominadas escolas normais, a ação estava circunscrita no fato de que não existiam equipamentos semelhantes no âmbito hospitalar no país. A iconografia compartilhada por Bautheney (2011, p. 145) com registros dos alunos e das alunas apresentam indícios sobre o perfil socioeconômico dos internos. Nesse sentido, a revisão bibliográfica sobre a assistência à saúde mental infantil instituída na primeira metade do século XX no Brasil demonstrou que a Escola Pacheco e Silva foi criada como mecanismo de controle social (higienização e homogeneização étnico-racial), pautado pela corrente de pensamento do burguês disciplinador (FOUCAULT, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas historiográficas assinalam o território do Juquery como um importante centro experimental e difusor de conhecimentos médicos-científicos na América Latina, resultado das ações desenvolvidas no Laboratório de Pesquisas Plásticas/Escola Livre de Artes Plásticas (1923/1949); na Escola Pacheco e Silva, (1929) e na Escola de Enfermagem (1960). Os estudos empreendidos por Osório César no campo da arte e loucura contribuíram sobremaneira para a estruturação dos campos da arteterapia, da arte-educação, da pedagogia, da psicologia experimental e da psiquiatria no Brasil e reverberam na contemporaneidade. O pensador se destacou como disseminador da teoria de Freud, humanista, demonstrou ainda dedicação na leitura e interpretação do marxismo ao mesmo tempo que produzia análises sobre a arte e loucura no Asilo de Alienados do Juquery norteadas pelo materialismo dialético. Para elaboração das suas teorias, César transitou no sentido oposto das correntes teóricas determinantes do período, alimentou e mobilizou uma potente rede de sociabilidade e de geração de conhecimentos, tanto na condição de cientista ou crítico de arte, como articulador e militante político; realizou inúmeros experimentos artísticos e psicossociais.

O cenário sociopolítico na Era Vargas explicita o campo de tensões que envolveram as ações de assistência à saúde mental na província paulista, demonstra ainda os antagonismos na relação de poder entre César e o dirigente do Asilo de Alienados do Juquery. Em posição hierárquica bastante privilegiada encontrava-se Pacheco e Silva, diretor do Hospital do Juquery, cientificista, defensor da educação eugênica, declaradamente desfavorável às teorias psicanalíticas e simpatizante de Adolf Hitler. O sucessor de Franco da Rocha, político conservador, representante das oligarquias paulistas foi um dos líderes da Liga Anticomunista. Nota-se que a estrutura discursiva utilizada por Osório César na propaganda sobre o Pavilhão-Escola sinaliza as suas estratégias nas movimentações das peças no xadrez difuso das estruturas de poder estabelecidas no período. Nessa perspectiva é possível inferir que a assistência à saúde mental paulista foi regulada a partir dos interesses das elites, atendendo os anseios civilizatórios no processo de urbanização da província, ou seja, a política higienista foi incorporada na sociedade anunciada como um mecanismo de inovação na atenção básica à saúde mental.

REFERÊNCIAS

BAUTHENEY, Katia C. S. F. *Transtornos de aprendizagem: quando "ir mal na escola" torna-se um problema médico e/ou psicológico*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13122011-124145/pt-br.php>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

BENTO, Maria Aparecida S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.

DOS SANTOS LEITE, Maria J. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. *Sankofa (São Paulo)*, v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/137196>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. 12ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes, 2008.

_____. Microfísica do poder. In: *Microfísica do poder*. 2005.

MENDES, Neusa. R. et al. *Osório César: conexões entre psicologia, arte e educação (1920 – 1950)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018. Disponível <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21546>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

OLIVEIRA, William V. Um Pinel à brasileira: Franco da Rocha e a reorganização da assistência a alienados na cidade de São Paulo. *Revista Cantareira*, nº 15, 2011. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27881>>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

ROCHA, Simone. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da Constituição de 1934 (Education as a racial enhancement project: an analysis of art. 138 of the 1934 Brazilian Constitution). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 1, p. 61-73, 2018.

SANTOS, Artur T. Relações Brasil-Inglaterra pós 1845 e o tráfico de escravos: o rompimento, o Bill Aberdeen e a Lei Eusébio de Queirós. *Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)*, v. 13, n. 2, 2013. Disponível em:

MENDES, Neusa Regiane. NOS TRILHOS DA LOUCURA: memória da psiquiatria paulista (1850-1950). Dossiê “60 anos da obra História da Loucura, de Michel Foucault”. **Cadernos Discursivos**, Catalão-GO, Edição Especial, p. 123-140, 2022. (ISSN: 2317-1006 - online).

<<https://doi.org/10.36311/1415-8612.2013.v13n2.2313>> . Acesso em 10 de agosto de 2021.

Recebido em fevereiro de 2022.

Aceito em março de 2022.